

T.I.R. Projetada

**CDI + 8%**
a.a.Volume:
R\$ 15.823.998,94Tipo de Ativo
Direitos CreditóriosPrazo estimado:
7 AnosEnte Devedor
Estado do Rio de Janeiro

Sumário de Investimento

Este resumo proporciona uma visão técnica e financeira abrangente sobre a oportunidade de investimento em ativos judiciais. Recomendamos uma análise minuciosa deste documento, estando à disposição para esclarecimentos adicionais. Iniciamos contextualizando a natureza do investimento, oferecendo uma descrição concisa dos ativos para uma compreensão clara do ambiente da oportunidade. Detalhamos o potencial de retorno e a segurança proporcionada pelos ativos, apresentando estimativas de rentabilidade para orientar as decisões dos investidores. Exploramos as características distintas, vantagens e desafios dos ativos judiciais, abordando aspectos legais e regulatórios. Proporcionamos uma visão completa dos ativos judiciais, abrangendo origem, processo de aquisição e gestão. Destacamos fatores essenciais na análise de riscos, oferecendo uma compreensão profunda dos desafios associados aos Precatórios e Direitos Creditórios. Descrevemos os passos cruciais para uma due diligence eficaz, incluindo análises jurídicas, financeiras e verificações de regularidade. Resumimos as oportunidades destacadas, enfatizando considerações finais para orientar os investidores rumo a uma decisão informada.

Circunstâncias Históricas e Panorama Econômico

O escritório do grupo, GOUVEA E GOUVEA SOCIEDADE DE ADVOGADOS, tem sido um protagonista constante no cenário jurídico, estabelecendo-se como referência na administração de precatórios.

Nossos processos visam assegurar os direitos previdenciários dos beneficiários vinculados ao IPERJ, garantindo-lhes uma proteção social adequada e justa. Desenvolvemos as teses previdenciárias IPERJ80, IPERJ100 e Lei69/90 e obtivemos êxito em mais de 90% das demandas.

Teses IPERJ 80

Anterior ao advento da CRFB/88, as pensionistas de fiscais de renda só tinham direito a receber 80% (oitenta por cento) dos valores que o servidor falecido receberia se vivo fosse e em atividade estivesse.

Teses IPERJ 100

Com o advento da CFRB/88 as pensionistas passaram a ter o direito de receber 100% (cem por cento) do valor que os servidores receberiam se vivos fossem.

A Lei 69/90, com base nas Leis 7.301/73 e 7.602/74 criou um fundo de reserva para fiscais de renda usando a contribuição mensal dos mesmos para que após o falecimento, seus dependentes pudessem receber uma pensão especial equivalente a 80% (oitenta por cento) do que receberiam se vivos fossem e em atividade estivessem.

Inicialmente o Fundo de Reserva era destinado apenas em favor das famílias dos Magistrados e, depois, foi estendido às demais categorias.

Somos um ecossistema com uma trajetória de mais de 30 anos, movido pelo entusiasmo de acelerar a realização de sonhos daqueles que desejam investir ou vender ativos judiciais, proporcionando um atendimento especial e personalizado.

Nosso compromisso é otimizar toda a riqueza que permanece sem aplicação no processo judicial, resgatando inúmeros sonhos que aguardam realização, enquanto criamos as melhores oportunidades de retorno para investidores.

Com o intuito de alcançar esse propósito, oferecemos soluções abrangentes dentro de um ecossistema completo, desde a originação até a entrega de resultados para o investidor. Contamos com uma equipe de profissionais especializados e dotados de habilidades comportamentais diversas, caracterizados por um espírito colaborativo e obstinado, capazes de conceber e implementar as melhores estratégias.

Nossa atuação é pautada pela motivação de gerar o maior impacto positivo possível para nossos clientes e para a sociedade. Negociamos direitos creditórios e precatórios com segurança, transparência e oferecemos taxas de retorno adaptadas ao perfil de risco do investidor.

T.I.R. Projetada

**CDI + 8%**
a.a.Volume:
R\$ 15.823.998,94Tipo de Ativo
Direitos CreditóriosPrazo estimado:
7 AnosEnte Devedor
Estado do Rio de Janeiro

Cases de Sucesso

Com base no **modelo preditivo** desenvolvido pela **Droom**, cujo propósito é mitigar o erro nas previsões de pagamentos dos precatórios incluídos no orçamento do Estado do Rio de Janeiro, apresentamos os casos a seguir. Estes processos referem-se ao ano orçamentário de 2020. Contudo, seguindo a metodologia da Droom, foi possível analisar todas as informações pertinentes a cada processo, a fim de estimar uma data de pagamento mais precisa e o valor aproximado correspondente

Cases de sucesso em 2024

Ano Orçamento	Classificação do Ativo	Estimativa DT. de Pagamento	DT. de Pagamento	Valor Pago
2020	HC	19/04/2024	02/04/2024	R\$ 174.479,87
2020	AUT	30/04/2024	05/04/2024	R\$ 3.825.172,96
2020	HC	06/05/2024	02/04/2024	R\$ 457.727,58
2020	HC	06/05/2024	02/04/2024	R\$ 675.980,60
2020	HC	06/05/2024	02/04/2024	R\$ 463.843,32
2020	HC	06/05/2024	02/04/2024	R\$ 875.224,55
2020	HC	06/05/2024	02/04/2024	R\$ 724.106,56
2020	HC	28/05/2024	02/04/2024	R\$ 1.923.278,59
2020	HC	30/05/2024	03/04/2024	R\$ 623.174,41

T.I.R. Projetada

Volume:
R\$ 15.823.998,94

Tipo de Ativo
Direitos Creditórios

CDI + 8%
a.a.

Prazo estimado:
7 Anos

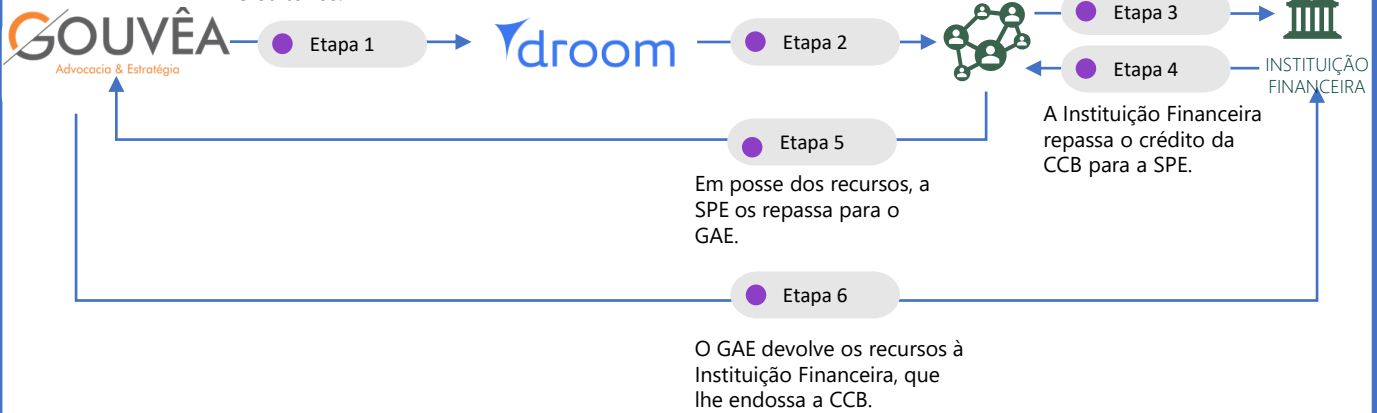
Ente Devedor
Estado do Rio de Janeiro

Emissão e Oferta da CCB

O GAE celebra o contrato de comissão com a Droom Digital, autorizando a cessão dos Direitos Creditórios.

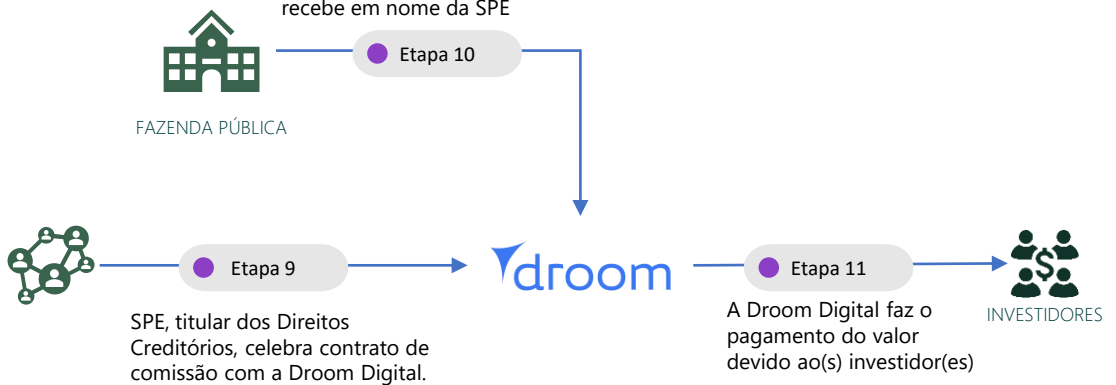
Em nome e à conta do GAE, a Droom Digital cede os Direitos Creditórios para a SPE constituída.

A SPE emite uma CCB em favor de Instituição Financeira*, com garantia nos Direitos Creditórios.



Liquidação da CCB

Os Direitos Creditórios são pagos pelo ente à Droom Digital, que os recebe em nome da SPE



T.I.R. Projetada

CDI + 8%
a.a.

Volume:
R\$ 15.823.998,94

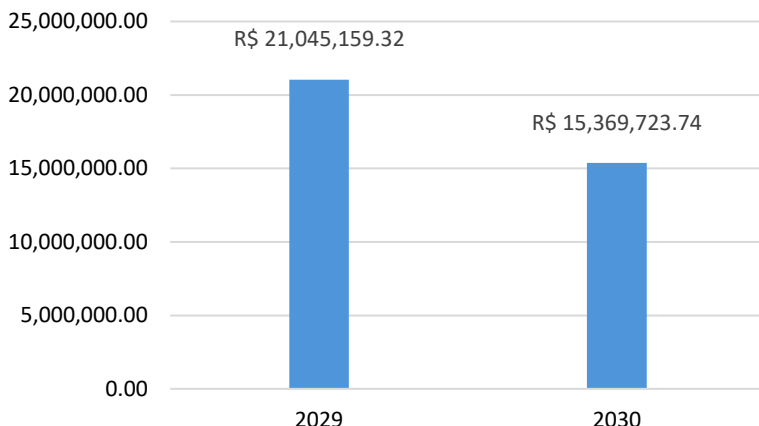
Tipo de Ativo
Direitos Creditórios

Prazo estimado:
7 Anos

Ente Devedor
Estado do Rio de Janeiro

DETALHES DA CARTEIRA

RECEBIMENTO ANUAL PREVISTO



TERM SHEET

Instrumento	Cédula de Crédito Bancário
Garantia	Carteira de Direitos Creditórios - Contraparte Estado do Rio de Janeiro
Concentração	Pulverizado
Valor da Emissão	R\$ 15.823.998,94
Remuneração Série Senior	CDI + 8% a.a.
Forma de Pagamento de Juros	Fluxo irregular, conforme vencimento dos direitos creditórios
Incorporação de Juros	Sim
Forma de Amortização	Cronograma conforme vencimento dos direitos creditórios

T.I.R. Projetada

CDI + 8%
a.a.

Volume:
R\$ 15.823.998,94

Tipo de Ativo
Direitos Creditórios

Prazo estimado:
7 Anos

Ente Devedor
Estado do Rio de Janeiro

Riscos – O que você deve considerar?

Os principais riscos da Operação foram listados abaixo, sem prejuízo da análise minuciosa a ser realizada pelo investidor aos riscos descritos no Contrato da Operação, incluindo o Termo de Adesão e Ciência de Risco da oferta.

Alguns dos principais pontos a serem avaliados incluem:

1- Risco Jurídico

Decisões judiciais desfavoráveis ou imprevisíveis podem ocorrer, impactando negativamente o andamento do processo e gerando incertezas sobre a conclusão bem-sucedida do investimento.

2- Risco de Inadimplência

O devedor, uma entidade pública, pode atrasar suas obrigações de pagamento, seja devido a questões políticas, contingências orçamentárias ou outras razões, resultando em atrasos ou falta de pagamento.

3- Risco de Mercado

Flutuações nas condições econômicas e de mercado podem afetar o valor presente do ativo. Alterações nas taxas de juros e na oferta e demanda por ativos judiciais podem influenciar diretamente o retorno do investimento.

4- Risco Fiscal

Mudanças na legislação fiscal podem impactar a tributação dos rendimentos, afetando a rentabilidade líquida do investimento. É essencial monitorar alterações nas regras fiscais que possam afetar o tratamento tributário dos ativos.

5- Risco Macroeconômico

Condições econômicas gerais, como inflação, taxa de juros e estabilidade financeira do país, podem impactar a rentabilidade dos ativos judiciais. Monitorar indicadores macroeconômicos é essencial para compreender os cenários potenciais.

6- Risco de Liquidez

A baixa liquidez é comum em investimentos em precatórios, uma vez que possuem prazos longos para vencimento. A venda antecipada pode ser desafiadora, dificultando a conversão do ativo em recursos financeiros imediatos.

T.I.R. Projetada

**CDI + 8%**
a.a.Volume:
R\$ 15.823.998,94Tipo de Ativo
Direitos CreditóriosPrazo estimado:
7 AnosEnte Devedor
Estado do Rio de Janeiro

Disclaimer

O investimento apresentado nesta proposta está dispensado de registro pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos termos da Resolução CVM nº 88 e dos Ofícios-Circulares nº4/2023 e nº 6/2023 expedidos pela Superintendência de Supervisão de Securitização (SSE) da CVM. A CVM não analisa previamente as ofertas amparadas nesta Resolução. Antes de aceitar o investimento leia com atenção as informações essenciais, em especial a seção de alertas sobre riscos.

O prazo da Operação e a rentabilidade calculada foram projetados com base na (i) atualização incidente sobre cada ativo judicial que integra a carteira considerando as projeções futuras de mercado, (ii) no valor da aquisição dos ativos judiciais, com deságio e (iii) o vencimento estimado.

A Droom não dá declarações ou garantias de que as informações contidas nesta apresentação ou a própria apresentação estão completas ou precisas, nem por nenhuma omissão nesta apresentação ou em qualquer comunicação oral transmitida ao receptor ao longo de sua análise, se comprometendo apenas tomar todas as cautelas e agir com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações transmitidas sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Estas declarações, estimativas e projeções refletem as premissas da Droom e de terceiros, e estão sujeitas a incertezas e contingências econômicas e mercadológicas, a maioria das quais estão fora do controle da Droom. As previsões e os resultados podem divergir do previsto e estas divergências podem ser significativas.

O conteúdo não contém qualquer recomendação, indicação e/ou aconselhamento de investimento, sendo de única e exclusiva responsabilidade do investidor a tomada de decisão. Caso algum investidor decida investir nesta operação, como todo e qualquer investimento, o mesmo apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

Recomenda-se que os potenciais investidores interessados nesta operação consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-lo na avaliação da adequação ao perfil de investimento, bem como dos riscos inerentes ao negócio. Todos os investimentos envolvem risco, incluindo o risco de perda de todo capital investido. Diversificação e alocação de ativos alternativos não garantem lucros ou garantia contra perdas. As decisões de investimento devem ser baseadas nos objetivos do investidor, horizonte de tempo e tolerância ao risco.